

## **JOSÉ ÁLVARO MOISÉS**

### **Qual a origem da família do senhor?**

Não. O meu pai era filho de imigrantes libaneses. Ele se dedicou ao comércio e chegou até o segundo grau completo de escolarização. Meus avós pais dele não tinham escolarização completa, nem mesmo primeiro grau. Por parte de mãe, minha mãe era filha de um imigrante português, minha avó era brasileira, mas também não tinham... bom, meu avô sim tinha formação... meu avô por parte de mãe tinha formação universitária em Portugal... Eu nunca soube dizer se foi completo ou não, quer dizer, ele disse que foi completo. E a minha se dedicava a atividades domésticas e tal, e não tinha formação...

### **O senhor nasceu aqui na cidade de São Paulo mesmo?**

Eu nasci em Campinas. É, eu fui criado lá. Estudei lá até o final do segundo grau, até o penúltimo ano do segundo grau, depois formação universitária fiz em São Paulo, depois pós-graduação no exterior.

### **E o que interessou no senhor a Sociologia a ponto do senhor seguir essa carreira?**

Olha, eu sou de uma geração que fez muito movimento estudantil secundarista. E, digamos que a... a minha família era de formação católica e eu entrei nesse processo através da ação católica. Eu fui membro e depois fui dirigente da Juventude Estudantil Católica. Nessa condição eu desenvolvi atividades de militância. Eu fui eleito Presidente da União dos Estudantes Secundaristas de Campinas e depois fui eleito Presidente da União dos Estudantes Secundaristas do Estado de São Paulo e estava prestes a ser eleito Presidente da UBES, União Brasileira dos Estudantes, quando veio o golpe de Estado de 64. A UPES, União Paulista dos Estudantes Secundaristas, tinha sede em São Paulo, no mesmo local da UEE, da qual era Presidente o Serra, bom,

tinha acabado de ser eleito o presidente da UNE, José Serra. Como elas tinham sede no mesmo local e a polícia política ficou muito atenta, nós tivemos que fugir, então se desorganizaram as organizações estudantis, se dissolveram... quer dizer, foram ocupadas as sedes pelo movimento militar, pela polícia política e a partir daí eu retomei a militância na Juventude Estudantil Católica e, digamos, nesse passo, eu participei dos processos de organização, de fundação e organização da Ação Popular. Eu cheguei a ser o dirigente no setor universitário da Ação Popular, portanto, a minha formação política se iniciou pela militância do tipo católica. Era uma militância muito influenciada pelo processo de renovação que estava ocorrendo na igreja na época. Havia dissidências importantes dentro da igreja que de certa maneira se canalizaram para as atividades...pra liderança do Papa João XXIII, a coisa da... Concílio Vaticano II e uma... digamos uma entrada da igreja na área social. Então eu me inclinei pela Sociologia e pela Ciência Política porque desde o período de militância, a questão que se colocava pra mim era a de entender a sociedade brasileira. As indagações que apareceram com o golpe militar eram porque a sociedade brasileira, com as suas tradições, seu processo de formação a partir da colonização extremamente complexa, contraditória, do qual, provavelmente, o escravismo foi a marca mais importante do ponto de vista social, o elemento mais importante de formação da sociedade, porque que essa sociedade, digamos, não produziu uma resistência mais ativa contra a ditadura e a tutela militar. A minha indagação intelectual nasceu disso e a razão pela qual eu quis fazer Ciências Sociais e depois as pesquisas que eu fiz estão muito ligadas a essa origem. Do ponto de vista filosófico, o elemento mais forte dizia respeito a uma leitura da experiência católica cristã, muito vinculada com a tradição da idade média, que era a questão do bem comum. O problema do bem comum remetia essa militância para uma militância de natureza social, de natureza política. Quando houve o Golpe e a igreja se associou com o golpe, eu e uma porção de gente nos afastamos da igreja e depois disso, na militância universitária nos aproximamos do marxismo.

## **O marxismo, o senhor tomou conhecimento e adotou, mais já nos anos da universidade...**

Na Universidade. Com os professores e com o ambiente intelectual da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que era um ambiente extremamente politizado, no qual o marxismo aparecia como uma disciplina no programa das Ciências Sociais e ao mesmo tempo era um objeto de controvérsia e de debate muito intenso. A minha ligação com o marxismo não durou demais porque quanto mais eu me aprofundei, mais eu estudei e, digamos, tomei os textos clássicos do próprio Marx e da discussão intelectual europeia, principalmente do marxismo, não é? Mas eu também entrei em contato com as limitações do método, da concepção e da experiência soviética. Isso foi absolutamente fatal no sentido de mudar a minha orientação; e depois disso eu me afastei de certa maneira do marxismo, embora tenha mantido algumas chaves extremamente importantes de explicação do funcionamento da sociedade, por exemplo, a estrutura de classes, a relação Estado e Sociedade Civil. É interessante que, olhando agora em retrospectiva, eu primeiro me aproximei do pensamento gramsciano. Mas Gramsci foi uma influência extremamente forte e importante nesse momento em que eu começava já a desenvolver uma visão crítica do marxismo. A leitura gramsciana foi que me levou a questionar mais profundamente o próprio marxismo.

## **Essa leitura o senhor fazia inclusive dentro da Universidade ou também via algum grupo político?**

Não, eu diria que isso foi mais no período em que eu já estava profissionalizado, depois que eu e alguns intelectuais em São Paulo, tomamos a iniciativa de fundar o CEDEC, que nasceu originariamente na garagem da minha casa na Vila Madalena. O CEDEC foi uma proposta de organização intelectual de resistência, que procurava fugir das limitações, das restrições impostas pelo regime dentro da Universidade de São Paulo, nessa fase sob uma direção muito conservadora, e que restringia

extremamente as possibilidades de desenvolvimento de um pensamento crítico dentro da Universidade. Nós fundamos uma instituição privada, mas ao mesmo tempo com objetivos públicos, sem fins lucrativos pra poder organizar a pesquisa e a atividade intelectual. Nesse contexto, nós formamos um grupo de intelectuais com muita diversidade interna. Tinha gente mais crítica, tinha gente como eu ligada à experiência católica, tinha gente que tinha sido ligada ao trotskismo, gente ligada ao Partido Comunista. Tinha também algumas pessoas com orientação, digamos, liberal de esquerda, se pudesse chamar assim. Nesse contexto se desenvolveu, pra mim, uma posição muito crítica em relação, particularmente, à experiência soviética e ao marxismo. Eu diria que o meu impulso no sentido de formular a questão dos movimentos sociais está muito ligado a essa visão crítica. A ideia era escapar do mecanicismo usual da ortodoxia marxista, segundo a qual a classe trabalhadora deveria se seguir logicamente, necessariamente, à realidade da dominação, à produção de consciência de classe, organização. Bem, como a realidade não cabia dentro disso, e eu estava muito preocupado em entender a realidade, digamos que esse caminho foi um caminho de crítica teórica. O meu caminho de crítica teórica ao marxismo vai da empiria para a teoria, vai do mundo real, do mundo prático para a teoria.

### **O senhor chegou a trabalhar no CEBRAP?**

Trabalhei. A primeira fase da minha atividade profissional, o primeiro emprego que eu tive como sociólogo foi no CEBRAP.

### **A gente lê que o CEDEC seria um racha do CEBRAP...**

Não, isso é bobagem. Isso aí, desde o primeiro dia apareceu essa versão que o CEDEC era uma espécie de CEBRAP do B e nós todos, desde o primeiro dia dissemos: não é isso, é outra coisa, tem espaço em São Paulo para dois, três instituições dessa natureza. Quer dizer, houve uma decisão pragmática no seguinte sentido: no CEBRAP eu trabalhava com o Weffort, com Francisco Weffort. Por sua vez, aglutinava um grupo de pesquisadores da área sindical: Régis de Castro Andrade, Fábio Munhoz,

Luis Werneck Vianna, Ingrid Sarti, Maria Hermínia Tavares de Almeida e eu próprio. Nós éramos um grupo que trabalhávamos com o Weffort. A maior parte deles fazia um curso de pós-graduação com o Weffort, quase todos, não todos, mas quase todos. Faziam um curso de pós-graduação... era um, é... tínhamos feito um curso com ele de pós-graduação e ao mesmo tempo éramos, digamos, orientandos, orientados dele. Aí esse grupo cresceu e começou a ocupar espaço, eu diria, intelectual físico, mas também espaço que demandava financiamento dentro do CEBRAP e o financiamento do CEBRAP era relativamente restrito, não é? E o CEBRAP tinha um apoio da Fundação FORD naquela época, um apoio muito forte aos intelectuais na América Latina para organizar a resistência contra as ditaduras militares. A FORD como parte do espectro liberal de esquerda americano, apoiava e dava dinheiro sem fundo, quer dizer, não dava dinheiro indefinido pro CEBRAP. Dava quantia definida. E o CEBRAP tinha um grupo de pesquisadores muito forte, muito pesado, de pessoas que tinham sido aposentadas da Universidade, tinham sido cassadas: Fernando Henrique, Otávio Ianni, o Chico de Oliveira tinha vindo da SUDENE quando a SUDENE foi desestruturada pelo governo militar, quer dizer, era um grupo...

### **O Bernardo Sorj fez um pouco a história do CEBRAP no livro dele.**

Eu não me lembro do Bernardo, mas o CEBRAP tinha muito mais gente. Tinha a Elza Berquó, o Cândido Procópio. Depois veio também o Lúcio Kovarick, depois o Vinícius Caldeira Brant, ele era um grupo forte, pesado. Todos eles com bastante prestígio, renome e coordenando equipes. Você imagina uns 15 pesquisadores bastante competentes como o Weffort, cada um com a sua equipe, era um negócio muito grande. Então, nós entendemos na época que era mais prático, ao invés de ficar disputando financiamento dentro de um contexto onde os recursos eram limitados, fazer uma outra instituição, basicamente voltada pro estudo do problema, da questão da democracia e da questão da participação, dos movimentos sociais, do movimento sindical. Era melhor fazer isso dentro de um espaço próprio, do que continuar num contexto em que os recursos eram

limitados. A decisão foi pragmática. E, olha, eu estou dizendo pra você porque os fundadores fomos eu, o Weffort, o Lúcio Kovarick, a Marilena Chauí e, na época, o Almino Afonso, que era um político que tinha sido exilado, tinha passado alguns anos no Chile, tinha voltado ao Brasil com algumas preocupações intelectuais. Quer dizer, o grupo realmente que fundou foi este. Depois se acrescentaram outras pessoas como Maria Vitória Benevides, veio depois o Régis de Castro Andrade... Muito tempo depois, ao contrário do que a celebração do CEDEC está fazendo agora, veio o Gabriel Cohn... Eles estão se apresentando agora no balanço da instituição como fundadores, é uma coisa estranha. Mas vieram depois, convidados por nós. Aliás, no caso do Gabriel Cohn, ele veio pro CEDEC quando eu era presidente do CEDEC e o Cohn veio pra se ligar como pesquisador. Nessa época eu convidei também o Leôncio Martins Rodrigues, que nunca tinha sido do CEBRAP, circulava entre o CEBRAP, o CEDEC e passou um tempo conosco.

**O senhor entrou no campo dos estudos sindicais, via o Weffort. O**

**senhor o conheceu na USP?** Eu fiz a graduação e o Weffort foi um dos meus professores. Na graduação, o problema que eu queria examinar era o problema da participação política, digamos assim, dos brasileiros, da sociedade brasileira. Problema esse que vinha lá atrás, da minha militância no Movimento Estudantil, da minha indagação do porque que no Brasil o fenômeno da participação era tão limitado, de tal modo que nessa época você tinha aberto apoio à ditadura e pouca resistência de massa. Nesse momento que eu estava me colocando esse problema, você não tinha grandes movimentos. O movimento operário estava recôndito. Ele reapareceu em 68, nos atos de Contagem... Num certo sentido, houve um casamento entre a minha preocupação teórica e as pesquisas que o Weffort estava fazendo. Na verdade ele me convidou pra participar de uma pesquisa que ele estava coordenando no CEBRAP, que era uma pesquisa de balanço do movimento sindical durante o populismo. Foi a primeira fase da pesquisa dele antes mesmo de ter escrito sobre os atos de Contagem.

### **Naquele trabalho do senhor sobre greves...**

É, a greve dos 300 mil... Então, tinha vários momentos que ele desejava aprofundar e eu fiz o trabalho de pesquisa. Na primeira fase foram basicamente fontes secundárias. Eu usei a imprensa, jornais de sindicatos. Na segunda fase, quando eu já tinha escrito o livro e o livro tinha provocado algum debate, alguma discussão, eu fiz algumas entrevistas com antigos participantes das greves. Nessa equipe que trabalhava no CEBRAP, nós fazíamos entrevistas conjuntas, vários pesquisadores. Eu me lembro que nós fomos entrevistar um dos líderes da greve, que tinha tido militância comunista, e depois tinha se afastado. Mas, enfim, era a ideia de recuperar a memória. Na verdade, não é que eu já tinha escrito o livro, tinha escrito a tese que eu fiz na Inglaterra, meu mestrado. E quando eu voltei juntei outras coisas e desenvolvi o livro, que saiu publicado. Na última parte do livro que eu me dedico às comissões de fábrica, noções de empresa...

### **Além do marxismo, nesse campo dos estudos sindicais tinha outras matrizes teóricas?**

Eu diria o seguinte: nesse momento, quando eu fiz esse trabalho, isso foi em 1970-71, eu não tinha nenhuma dúvida sobre o marxismo. Nesse momento eu estava muito orientado por essa perspectiva. Foi sobre essa égide que eu produzi aquela tese e aquele livro. O contato com a realidade propiciado, estimulado pelo próprio trabalho, me levou a começar a organizar as minhas dúvidas. Mas nessa fase ainda não era uma crítica, mas eram as minhas indagações. Então, é evidente que o primeiro problema que apareceu pra mim a partir desse estudo da greve dos 300 mil era como explicar sociologicamente e politicamente que tenha num momento de efervescência do movimento da greve muita participação e depois ela desaparece e não tem continuidade, mesmo quando um movimento como esse, que foi muito importante na ocasião em São Paulo, tenha produzido organizações de base no interior das empresas dos trabalhadores. A minha expectativa, olhando do ângulo do

marxismo, era que isso gerasse formas de participação continuada, permanentes. E gerasse também uma perspectiva de classe, gerasse consciência. Na medida em que o meu contato com a realidade mostrava que não era isso que acontecia, eu comecei a formular minhas dúvidas. A minha primeira dúvida, portanto, se dirigiu contra a posição dos estudos de Lukács sobre a consciência de classe. O Lukács é um filósofo extremamente interessante, com uma noção do lugar do homem, da ação humana, mas ao mesmo tempo teve que ceder a certas influências ortodoxas muito fortes na sua formação. Então tinha coisas que apareciam como determinantes da produção da consciência de classe. Aí eu comecei a questionar essas coisas. Eu acho que a origem do meu questionamento está aí.

**Nesse período que o senhor estava fazendo pesquisa com esse grupo, mantinha algum tipo de vinculação política a um grupo?**

Não. Isso terminou quando eu saí da AP no movimento universitário. Quer dizer, do ponto de vista de militância, de organizações políticas, digamos, não públicas. Depois, quando eu já tinha me formado e estava no CEBRAP. Aliás, isso é um enigma da minha trajetória, eu não sei explicar muito bem porque. Mas quando eu estava lá escrevendo esses textos, eu passei a integrar um grupo de intelectuais do CEBRAP que passou a ter uma atuação política conjunta, pública. Não havia acordos, nem definição programática entre nós, mas fundamentalmente a ideia de colocar o problema da democracia, o problema da organização de massa para lutar contra o regime e defender a democracia. Participava desse grupo o Weffort, o Fernando Henrique Cardoso, o Chico de Oliveira...

**É nesse período que havia uma certa aproximação com o jornal *Opinião* e com o MDB?**

Então, o que aconteceu? Quem teve o primeiro contato com o MDB foi o Fernando Henrique. Em função disso, ele passou a ser convidado para palestras no Brasil inteiro e se organizou, principalmente no Rio Grande do Sul, uma instituição chamada IEPES, Instituição de Estudos Políticos

Econômicos e Sociais, do MDB. Esse IEPES organizava grandes conjuntos de debates e discussão no Rio Grande do Sul e depois se estendeu para outros Estados. O Fernando Henrique era convidado, mas ele não podia ir sozinho, ele levava, convidava outras pessoas. Eu não sei dizer porque dessas coisas que acabaram, eu não tenho memória clara de porque que foi assim, mas eu acabei sendo convidado para ir numa dessas palestras, debates e tal, e passei a integrar o grupo de palestrantes. Eu não era do MDB, eu era do IEPES. Era ligado ao IEPES, que era uma instituição de intelectuais que o MDB estava tentando organizar. E no MDB, figuras como Pedro Simon no Rio Grande do Sul, Ulysses Guimarães; aqui em São Paulo aquele sujeito que tinha sido Ministro da Justiça do Jânio e depois foi um líder do MDB, um cara importante, com uma posição liberal de esquerda muito forte, o precursor do Ulisses Guimarães no MDB, um cara muito importante. E então, qual era a ideia dele? Ele precisava reunir os intelectuais no partido, uma coisa assim de atrair, de ir chamando os intelectuais. Então, eu participava do IEPES nessa condição e também nessa condição eu fui convidado para escrever artigos no *Opinião*, no qual o Fernando Henrique era o grande contato também com o Fernando Gasparian. E eu não sei dizer se foi o Fernando, eu não sei dizer, realmente eu não sei.

**Isso tudo foi antes do CEDEC, não é?**

É, isso foi antes do CEDEC. Isso foi, digamos, no período entre '74 e '76.

**Nesse período no IEPES, quando o senhor participava das palestras, já havia algum tipo de contato maior com a sociedade civil? Dava palestras pra lideranças comunitárias?**

Isso foi crescendo, dos anos '70 para os anos '80. Foi se intensificando e eu era muito solicitado por sindicatos, por grupos ligados às igrejas, comunidades de base, movimentos locais, de bairro. Isso tem uma dupla razão. Uma que era que eu fiquei numa posição pública mais ou menos exposta. Eu escrevia quase toda semana no *Opinião*, fazia palestras... Mas a outra razão é que a minha tese de doutoramento foi uma tese sobre os

movimentos de bairro, do movimento de protesto urbano de São Paulo, dos anos 50, sobre o fluxo do janismo. Era uma coisa curiosa, peculiar de São Paulo. Influenciado pelo janismo e ao mesmo tempo por militantes comunistas que, por sua vez, muitos deles eram janistas. Uma coisa curiosa, né?

### **O populismo de direita ativando...**

É, exatamente. A figura mais importante disso que eu tô falando é um sujeito que era um líder do Partido Comunista de São Paulo e depois foi vereador, que é o Pereira da Silva. Então, o que acontece? Como meu tema era participação, eu fui buscar essa coisa pra poder estudar. E descobri que tinha havido nos anos 50, num período que vai de 50 até 64, movimentos em bairros periféricos de São Paulo, cuja motivação era protestar contra as condições urbanas de vida. Por aí que eu fiz minha ponte com os movimentos sociais urbanos. Condições urbanas de vida, que dizer, falta de transporte, de saneamento básico, educação e saúde. Eram temas muito importantes que levaram a um processo de organização de sociedades de amigos de bairro e de associação de moradores, com bases nas quais se organizaram movimentos de autonomia de certos bairros periféricos ou de distrito dormitório, em relação ao município de São Paulo. É o caso de Osasco, que fez um movimento autonomista e, mediante um plebiscito, se autonomizou de São Paulo em 1953. Mas aí houve toda uma briga na justiça e só consegui realmente em 57. Mas baseado na experiência de Osasco bem sucedida, outros bairros como Pirituba fizeram a mesma coisa. Mas o movimento de Pirituba parou e não teve a sua autonomia porque veio o Golpe de 64 que desmobilizou o movimento de base. Eu tenho isso na minha tese, mais ou menos 15 ou 16 casos de bairros que na região da Grande São Paulo se autonomizaram do município de São Paulo e viraram municípios

autônomos. O conteúdo da proposta política era a ideia de que com a autonomia a comunidade local ganharia condições de controlar o uso do recurso público dos impostos pagos pra poder melhorar. Quer dizer, tinha um elemento extremamente democrático presente, num certo sentido. Renato Boschi depois, bem depois do meu estudo, fez uma coisa semelhante para o Rio de Janeiro. Quer dizer, havia nesses estudos uma antecipação da teoria do capital social. Isso que hoje aparece como uma grande novidade nós havíamos explorado lá atrás. Qual era a influência teórica mais importante? Era a ideia que você tinha na concepção das relações Estado-Sociedade uma tendência de organização autônoma da sociedade civil, em confrontação com o Estado ou em negociação com o Estado, variava conforme o caso. Mas eu diria que toda essa experiência de pesquisa e também de ligação com esses movimentos acabaram me colocando numa posição onde as pessoas me convidavam pra fazer palestras, pra explicar. Eu acho que eu viajei o Brasil inteiro, praticamente, falando desses movimentos todos.

### **O CEDEC continuou incrementando esse processo, teve contato com vários movimentos...**

É, nós fundamos o CEDEC numa reunião na minha casa na Vila Madalena em 76, no segundo semestre, ou em junho de 76, não me lembro mais. Nós depois fizemos um acordo com a PUC de São Paulo, nesse momento importante de renovação católica que ia aproximar a PUC dos movimentos sociais, dos movimentos populares. Então eles deram um espaço pra nós, uma casa em frente a PUC, onde nós passamos a desenvolver nossas atividades.

### **Essa foi a primeira sede do CEDEC?**

Foi a primeira sede na rua Monte Alegre, praticamente em frente à PUC. E, com base nisso, nós então pudemos sediar o grupo de pesquisadores. É claro que quando você tem uma turma trabalhando junto, um grupo que de alguma maneira dá continuidade ao seu trabalho, a produção aumenta e nós começamos a apresentar uma série de projetos pra

instituições, fontes de financiamento estrangeiro, principalmente instituições suecas, canadenses, francesas. E depois a Fundação FORD. Com esse propósito, com essa ideia de pesquisar, examinar e escrever a respeito das pessoas que relacionavam cidadania e participação. O nosso tema central foi esse. Nós nos reuníamos a cada 15 dias pra discutir. Não é que se tratasse de definir uma linha, nunca se fez isso. Havia um negócio completamente livre, cada um ia pro caminho que quisesse. Mas era um pouco a idéia de fazer um balanço da conjuntura e, digamos, refletir sobre em que direção nós podíamos escrever.

### **Seria um pouco um partido intelectual que o Pécaut fala?**

Uma espécie de origem porque desse grupo depois uma parte dele ficou no PT e a outra parte foi pro PMDB. Eu próprio, Weffort, Chico de Oliveira e Paul Singer ficamos no PT. O Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, que tinha sido num determinado momento também parte desse grupo, e mais alguns foram para o PMDB. Agora vão me escapar alguns nomes, mas entre eles uma figura importante ligada ao Mário Covas, que levou o Mário Covas pra este grupo e que acabou indo depois para o PMDB. Antes da fundação do PT e da fundação do grupo dos autênticos do MDB, esse grupo anterior que eu disse pra você, junto com algumas figuras como Almino Afonso, Plínio de Arruda Sampaio, que também tinha voltado do exílio, elaborou a proposta do que foi chamado um partido popular, democrático e socialista. Participavam os líderes mais visíveis que eram o Fernando Henrique, o Mário Covas, o Almino Afonso. Era uma coisa muito interessante porque o Fernando Henrique tendia a definir, dizia: “nós temos hoje o socialismo no horizonte, mas no momento o partido é democrático”. Quer dizer, tinha um pouco perspectiva de que não se tratava de um partido que queria introduzir o socialismo no curto prazo, mas tinha no horizonte o socialismo em termos de igualdade social, igualdade econômica, igualdade política. Mas a grande motivação era a redemocratização do país.

**Nesse processo todo o senhor tinha contato, dava palestra, era chamado tanto por sindicatos, como associação de moradores?**

É, eu circulava muito em São Paulo, na zona leste, zona sul, no interior. Teve muito desse tipo de militância. Depois quando eu continuei essa fase de estudos foi mais ou menos paralelo. E aí eu fui estudar os movimentos sindicais que estavam nascendo no ABC. Foi nesse contexto, como pesquisador, que eu conheci o Lula, entrei em contato com o grupo da liderança sindical e que depois me levou a entrar nesse grupo. Eu sou fundador do PT, né? E aí é uma coisa interessante, eu já tinha um grupo intelectual mais reduzido, mas que era um pouco diferente daquele grupo mais amplo, anterior, que também teve um papel importante no processo de discussão e da redação do manifesto e do programa. Esse grupo se reunia na casa do Vinícius Caldeira Brant aqui em São Paulo. Era o Vinícius, o Weffort, eu, Chico de Oliveira e Paul Singer, nós cinco. Do lado dos líderes sindicais era o Lula, Olívio Dutra, o Jacob Bittar, de Campinas e um líder sindical de Belo Horizonte, o líder dos metalúrgicos de Monlevade, que eu não vou lembrar o nome. Esses dois grupos foram os que propuseram, de certa maneira, a coisa de fundação do partido.

**O contato do senhor nesse período foi mais com o sindicalismo do ABC, a oposição sindical metalúrgica de São Paulo...**

Não, tinha muito contato com a oposição sindical por causa das minhas relações com a igreja. Quer dizer, eu tinha saído da igreja, mas mantinha uma relação. E o meu contato mais importante em São Paulo foi o Waldemar Rossi, o líder da oposição sindical. Tinha um grupo em Santo André, que eu dei assessoria pra eles durante uns dois anos.

**Isso era um trabalho militante... Esse trabalho de palestra do senhor era um trabalho assim, voluntário... Nunca solicitaram do senhor algum tipo de assessoria mais permanente?**

Não, isso depois eu fiz no do PT. Quando, no início do PT, eu fui pra direção estadual do PT, eu fui secretário de formação política do partido durante

três anos. Então, num certo sentido, essas coisas todas se mesclavam. Por exemplo, o pessoal da oposição sindical não era do PT e mantinham uma posição muito crítica. Eu acho que eu fui uma das pessoas que ajudou parte das lideranças da oposição sindical, particularmente o Waldemar Rossi e o rapaz de santo André. Eles tinham uma posição muito crítica, então, discutia muito. Mas sempre de uma maneira muito leve, muito livre.

### **Esse tempo todo o senhor já era professor universitário?**

É, eu era professor universitário, era um dos dirigentes do CEDEC. Acho que nessa fase eu era secretário geral. Fui secretário geral, depois vice-presidente, depois eu fui presidente. Então, eu estava no CEDEC, que era atividade profissional e eu fazia esse trabalho voluntário de assessoria, e estava entrando no PT. Logo no início dos anos 80 eu fui secretário de relações internacionais do PT e organizei a primeira viagem internacional importante que o Lula fez. Nós fomos aos Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha e depois Itália, onde ele se encontrou com o Lech Walesa. Na época, o Lech Walesa estava, não sei por que razão, provavelmente porque ele era muito ligado ao Vaticano, um católico ligado ao Vaticano, tinha saído da Polônia e tinha feito reuniões na Itália. E como tinha uma pessoa que era correspondente da *Folha de São Paulo* em Roma, Cláudio Abreu, que tinha sido diretor do jornal com o qual eu tinha trabalhado, que o meu primeiro emprego foi como jornalista. Enquanto eu fui estudante eu trabalhei como jornalista da *Folha*. Eu fiz cobertura do movimento estudantil, depois cobertura da cidade, depois eu fiquei só na área política. Então eu dirigia um caderno especial que saía aos domingos. Eu ganhei um Prêmio Esso até...

### **Anos 80 ou anos 70?**

Isso foi 1969. Em pleno regime militar nós fizemos um caderno que chamava-se “Está na mesa o almoço do futuro”, que era uma ideia de apresentar a possibilidade do Brasil explorar algas marinhas e o potencial marítimo para alimentação, mas ao mesmo tempo era uma maneira de

dizer que tinha gente que passava fome no Brasil. Nós conseguimos fazer isso no meio da coisa, então esse caderno ganhou o Prêmio Esso. Como eu tinha muito contato com o Cláudio Abramo, que aliás era uma pessoa de esquerda e de formação trotskista, nós ficamos muito amigos. O Cláudio me tratava como filho dele, embora eu não o tratasse exatamente como pai, porque ele era meu colega de trabalho, e tal, e tinha brigas profissionais e tal. Então, depois que ele caiu da sua posição de diretor da *Folha*, por razões políticas, ele foi mandado pela *Folha* como correspondente primeiro em Londres e depois na Itália, quando eu estava organizando a viagem do Lula como secretário de relações internacionais de 1980 a 81. Nós passamos quase 45 dias viajando. E enquanto eu estava organizando, o Cláudio estava na Itália e eu andei ligando pra ele e disse: “olha, nós tamo querendo encontrar com o Lech Walesa, que são dois grandes líderes operários”. “Ah, ele tá vindo pra cá e tal”. Ele que articulou essa possibilidade. Então, uma das coisas que deu nessa viagem foi uma grande entrevista do Lula com o Lech Walesa, uma coisa muito importante. E naquele momento o Lech Walesa aconselhou o Lula a não fazer política, esse foi o grande motivo de ter tanta repercussão o encontro dos dois em Roma. Mas houve uma exploração da imprensa brasileira nesse sentido. Mas eu estava presente em todos os encontros, todas as reuniões, e não é que o Lech Walesa tivesse dito exatamente isso. O Lech Walesa disse “nós da Polônia não podemos entrar...” mas isso por razões óbvias. Na Polônia, entrar na política era repressão do Partido Comunista sobre eles. O que era diferente do quadro brasileiro em que os líderes sindicais estavam entrando na política, apesar da ditadura, porque você estava em um período de distensão e de abertura. Dois contextos políticos diferentes. Agora, a imprensa, como tem uma posição muito conservadora, explorou como se o Lech Walesa tivesse aconselhado: não entra na política. Não tem nada disso. Se você pegar os jornais da época, vai ver na primeira página dos jornais com esse tipo de interpretação. Principalmente *O Globo* e o *Estado*.

## **Voltando à questão dos estudos que o senhor fazia na época, como o senhor diria que surgiu, apareceu, foi desenvolvida a noção, o conceito de Novo Sindicalismo?**

Outra pessoa que também trabalhou com esse conceito foi a Maria Hermínia Tavares de Almeida. E depois outros usaram, mas quem primeiro usou mesmo fomos nós, nós dois. Éramos muito ligados, discutia muito juntos e tal. A ideia, no meu caso, foi de explicar um movimento sindical que, diferente da tradição corporativista que tornava os sindicatos sempre muito ligados ao Estado, e num certo sentido, na interpretação da qual eu me filiava, era uma correia de transmissão do Estado no movimento sindical, um movimento sindical populista como a gente chamava; a minha grande questão foi: como é que você explica que tenha nascido no contexto da ditadura um movimento sindical que se choca com o Estado, nega sua tradição corporativista e, num certo sentido, quer desenvolver um outro modelo? Nesse momento havia uma grande briga entre o pessoal do ABC e a oposição sindical, que a oposição sindical católica, liderada pelo Waldemar Rossi e outros, dizia que era preciso organizar comissões de fábrica, comissão de empresa, com a ideia de que você tinha que ter uma base dentro da empresa para organizar o movimento sindical. E o pessoal de São Bernardo, inclusive o Lula, vai dizer: não, não, não, a ideia é ter um delegado do sindicato na empresa. São duas visões diferentes, né? Enquanto raiz orgânica eram duas visões, uma muito basista, da oposição sindical. Eu diria basista no sentido que era a ideia de organizar a base, mas sem levar em consideração que tinha repressão interna nas empresas, tinha repressão política, tinha dispensa... Basista nesse sentido, que não levava em consideração elementos de restrição muito fortes com os organizados. O que, aliás, fez com que comissões de empresa durante muito tempo fossem secretas. Algumas comissões de empresa funcionavam à margem do conhecimento das empresas. E a posição dos sindicalistas do ABC me parecia nesse momento mais realistas no sentido que eles diziam: pra poder fazer isto que vocês da oposição sindical querem mobilizar, é melhor que o

sindicato reconhecido oficialmente tenha um delegado que pode dialogar com a direção das empresas. Quer dizer, a oposição dizia: isso aí é uma oposição de cúpula, dentro das empresas. O pessoal do lado do movimento sindical do ABC dizia: ao contrário, isso aí é um mecanismo, quer dizer, um expediente, pra que possa ter alguém que tem capacidade reconhecida pela empresa, sem que seja reprimido pela própria empresa, pra fazer mobilização na base das empresas. Eu diria que historicamente eles demonstraram que eles tinham razão. E foi com base nisso que depois, com base nos delegados sindicais da ligação com o sindicato, que eles organizaram dentro das empresas os grupos que fizeram as primeiras greves de 77 e depois de 78, que foram greves que pararam o país e, num certo sentido, colocaram em cheque a ditadura. Isso é uma habilidade que eu acho que o Lula teve. O Lula e outros líderes sindicais da época, que era a ideia de combinar militância de massa com elementos que pudesse tornar essa militância oficialmente reconhecida. O sindicato oficial, os sindicatos da estrutura tradicional corporativista reconhecidos pelo Estado, pelo governo, pelo Ministro do Trabalho e pela empresa. Tem um outro aspecto aí que diz respeito à fase do capitalismo brasileiro. Você estava sobre o influxo de uma enorme entrada de empresas multinacionais no país que tinham construído o capitalismo mais vigoroso da economia brasileira na região da Grande São Paulo, no ABC, e fábricas que vinham de um contexto europeu, moderno, de cabeça aberta e que dialogava com os empresários. Eles também achavam que precisavam dialogar com os empresários. Em alguns casos, como no caso da Scania, onde começou a primeira greve do período de 78, a empresa estimulava a organização de fábrica, aberta, e não as comissões escondidas da oposição sindical. Veja que tem uma questão interessante aí que diz respeito a formas de organização, de militância de base e militância que redundou em movimentos de massa, no contexto da ditadura, no contexto do regime autoritário. Quer dizer, esse era de certa maneira o meu problema de pesquisa intelectual. E como eu estava voltado para isso, querendo entender isso, foi nesse contexto que surgiu a

formulação do conceito de novo sindicalismo. O novo sindicalismo era novo porque ele estava fora do Estado, ele se opunha ao Estado e ele ao mesmo tempo aproveitava a estrutura corporativa.

**Mas quando o senhor traz esse conceito, o novo sindicalismo, ele incluía o sindicalismo do ABC que tá na estrutura oficial, mas também a militância das oposições sindicais, ou não?**

É, num certo sentido, tudo fazia parte desse movimento. Digamos assim, era um movimento novo, era um movimento de massa, era um movimento de grande mobilização, era um movimento que, diferente do sindicalismo populista, da tradição do populismo. Era um sindicalismo que organizava na fábrica, que pela versão do ABC tinha delegados na fábrica e pela versão da oposição tinha comissões. É uma novidade! E ao mesmo tempo era um sindicalismo que queria negociar com os patrões, não queria negociar com o Estado a respeito de salário. E, digamos, era gente jovem, melhor qualificado do ponto de vista profissional e também do ponto de vista educacional. O Lula tinha o quê, 30 e poucos anos nessa época, a liderança tinha essa idade. Jovens, melhor formados, tinham passado como no caso dele pelo SENAC, tinham uma qualificação melhor do que aquele pessoal que tinha, no período anterior, migrado para cá e mal sabia ler e escrever direito e já entrava na fábrica teste ou nas fábricas tradicionais. Então, era um contingente social com características novas e num ambiente de um capitalismo também relativamente modernizado, no qual a negociação tinha um lugar. Então, o novo sindicalismo era novo porque ele estava fora da estrutura corporativista, se opunha ao Estado, queria negociar e ao mesmo tempo tinha mobilização de massa. Quer dizer, se se olhar hoje em retrospectiva, são, digamos assim, condimentos explosivos, que tinham modernidade e tinha ação política muito forte. E de fato deu numa coisa muito importante.

**Como é que o senhor avaliaria a trajetória do novo sindicalismo, e também do conceito, dos anos 80 até o governo Collor, ou até antes?**

Veja bem, eu estava argumentando antes que o caráter novo estava ligado a um processo de mobilização social e, talvez, pensando em categorias que nós sociólogos e cientistas políticos usamos, de participação social. Agora, isso imediatamente reverberava para a necessidade de definir o espaço de participação política. Não dá pra ficar só no campo social, só reivindicando salário, melhorias de saúde, etc. Imediatamente, como o Estado era uma ditadura, como o Estado reprimia, eu diria o seguinte: que uma boa parte da politização do movimento sindical dessa época veio por conta da ação repressiva do Estado, que ao reprimir colocava o tema da política. Então, uma das promessas do novo sindicalismo, uma das demandas, e essa minha definição que eu usei nos meus estudos, é que ele formulou uma proposta de expansão da cidadania. Porque ele propunha, ao contrário do que o Marshall tinha analisado no caso inglês, você tem primeiro cidadania civil, depois cidadania política e da cidadania política vai pro social, né? No caso brasileiro tinha tido um desenvolvimento, uma proposta de expansão da cidadania que ia do civil pro social, porque era luta por organização social – salário, melhores condições de vida – e a partir daí pra política, tinha havido uma inversão, né? E uma inversão extremamente inovativa que, no seu limite, propunha a organização política. No primeiro momento, o Lula e esses líderes sindicais, eles cotejaram a ideia de irem para o MDB e depois dispensaram porque acharam que no MDB eles seriam figuras manipuladas pelas lideranças políticas, e eles não queriam ser. Do ponto de vista da evolução do desenvolvimento dessa situação no Brasil, você tem uma passagem que vai da mobilização social pra necessidade da organização política, que ia de baixo pra cima, do movimento social para o partido e para o Estado. Então, é a primeira vez que, num certo sentido, se formulou essa possibilidade, de ter um movimento político e uma proposta de repensar o Estado a partir da base da sociedade. A grande novidade do PT foi organizar os movimentos sociais e dar voz aos movimentos sociais e, portanto, a essa população organizada na política. E o partido sendo um

instrumento disso. Eu diria que nessa fase foi absolutamente brilhante.

**Como é que o senhor lembraria a repercussão do conceito de novo sindicalismo na sociologia brasileira da época, no campo dos estudos sindicais? Houve polêmica, houve resistências?**

Fazer essa retrospectiva exige uma elaboração intelectual que eu acho que é muito interessante. Eu não tenho me dedicado a isso, mas eu reconheço que esse é um tema pra história contemporânea, por exemplo. Alguns de nós, entre os quais eu próprio, mas a Maria Hermínia também, identificávamos nesse sindicalismo uma novidade em termos de uma sofisticação do ator social... No caso da Hermínia, mais o ator sindical. No meu caso, o ator social que queria se converter em ator político. Toda minha ênfase nos meus estudos foram nessa direção. Na época houve contestações a esse ponto de vista. De um lado tinha crítica de gente tipo Werneck Vianna, que num certo sentido seguia uma linha de pensamento dentro da tradição comunista e que via o novo sindicalismo como uma continuação da presença que a esquerda já tinha tido antes no movimento sindical e que na nossa visão... Nossa de quem? De autores como Weffort, como eu próprio, mais o Fábio Munhoz, Régis de Castro Andrade, que foram uns dos colegas que trabalharam com mais ou menos o mesmo tema; e nós vimos de uma maneira muito crítica e fizemos uma leitura crítica. E isso teria levado a uma subordinação de classe, na versão mais dura do Weffort e, na versão que eu adotei, uma versão de perda de autonomia do ator social ao, digamos, aceitar uma série de limitações da estrutura sindical de origem populista. Então tinha uma linha, tipo o Werneck faria esse tipo de crítica. No fundo o que ele estava dizendo? Ele estava dizendo: não, vocês não tão vendo bem. Tudo isso que tá acontecendo e que parece novo, na verdade é uma continuação daquilo que criticaram antes e parecia ter sido um desvio, mas que na verdade foi a melhor maneira que o partido teve pra organização política de esquerda, na época de massas, teve pra poder aproveitar a participação popular. E teve uma outra linha de crítica que

vem pelo lado de autores do tipo Leôncio Martins Rodrigues, que sempre foi um crítico da estrutura sindical, corporativa, mas que olhava a questão mais no ângulo da formação das burocracias sindicais. E o Léo, num certo sentido igual ao Werneck, dizia vocês tão vendo novidades demais aí. No fundo essas burocracias sindicais continuam usando os poderes que a estrutura corporativista lhes atribui. Apenas está usando de uma maneira mais criativa, mais modernizada. Então tá usando melhor os recursos que a máquina, o aparato sindical e a burocracia sindical oferecem. Eu hoje, vendo retrospectivamente, eu diria o seguinte: eu acho que é preciso explorar a hipótese de que teve algumas novidades, sim, principalmente na linha de pressionar, de expandir a noção de cidadania que estava presente no Brasil na época; de estourar a cidadania tradicional, conservadora pra incorporar novos atores, novos agentes e novos direitos principalmente. Por exemplo, direito de greve, foi conquistado. Greve era proibida em todo período anti-democrático anterior. Então um artifício jurídico da constituição de 46, tinha lá, a greve já estava proibida. Bom, a greve foi conquistada, isso é um direito novo, extremamente importante da democracia. Mas eu acho que a hipótese, não exatamente como o Leôncio defendia, mas a hipótese de que tinha continuidades muito grandes em certos procedimentos, num certo *ethos* sindical que tem uma espécie de dinâmica própria, e eu diria provavelmente até alguns elementos ideológicos próprios, olhando em retrospectiva hoje, eu acho que seria necessário retomar essa hipótese.

**O senhor via diferenças do uso que o senhor fazia do novo sindicalismo do uso feito pela Maria Hermínia? O Eder Sader na tese dele falava um pouco que a visão dela, um pouco do Leôncio também, propugnava mais, entendia o novo sindicalismo como um sindicalismo liberal.**

Um sindicalismo com perfil norte-americano. Aliás você tá falando uma coisa que é importante que me faz lembrar o seguinte: o Leôncio fez uma crítica mas depois aderiu também a noção de novo sindicalismo.

**Sim. É que na revisão, alguns autores falam do Leôncio e da Maria Hermínia como a primeira visão do novo e ainda apontando para o que seria o sindicalismo norte-americano. E o Eder fala que o senhor e outros apontava esse novo sindicalismo para um caminho mais aberto, mais indeterminado...**

Mais voltado pra cidadania. Então, eu acho que olhando em retrospectiva nós acertamos mais do que eles, né? Porque o sindicalismo não foi pra um modelo norte-americano, embora estivesse envolvido com um aspecto importante da tradição norte-americana, que é negociação direta, sem passar pela mediação do Estado. Mas ao mesmo tempo tendo incorporado isso, foi pra um caminho de mobilização de massa e de mobilização política. Ganhou conteúdo de participação política muito importante. Agora, veja, estava implícita em coisas que eu escrevi – eu reconheço que estava implícita – a ideia de que no contexto de expansão da cidadania – quando você fala de expansão de cidadania você fala de expansão da cidadania social e da cidadania política – estava implícita naquela formulação que eu fiz, alguns outros fizeram, o Eder também participou um pouco disso, mas estava implícita a ideia que não apenas esse movimento era capaz de formular um partido político, mas era capaz de ter uma visão de Estado própria. Num certo sentido, se quiser, pra voltar às minhas origens gramscianas, uma visão hegemônica, uma visão de hegemonia da sociedade e do país. Por algum tempo isso aparece em alguns textos que eu escrevi, a ideia de que você tinha em germinação uma hegemonia de conteúdo popular nova. Eu hoje me afasto dessa interpretação. Eu acho que nisso eu errei, no sentido de que não houve a formulação de uma hegemonia nova e se olhar, se radicalizar o argumento, os últimos desenvolvimentos do PT acabaram adotando uma concepção da política brasileira extremamente conservadora, a mais conservadora que tinha: uma visão tutelar, não é? Rompeu como uma ideia de esquerda muito moderna, que estava na origem, que era de autonomia. Quer dizer, hoje, quando tem todas as iniciativas do Estado pra sociedade: o Estado fazendo uma porção de coisas, o Estado faz, o

Estado... E uma certa ideia de que é assim mesmo que tem que ser, sem falar de malversações outras, mais complicadas do tipo corrupção, uso de recursos públicos, quer dizer, uma confusão entre público e privado. Houve um momento em que eu tive a impressão de que se estava formulando uma concepção nova sobre o Estado e sobre as relações do Estado e da Sociedade. Isso não quer dizer necessariamente socialismo, comunismo, nada disso. Mas uma visão democrática, de base. E eu acho que se perdeu isso. É nesse sentido que eu digo que há uma ponta de razão na crítica do Leôncio, que ele fazia na época, no sentido de que o ethos burocrático sindical foi muito mais forte, e há uma série de comportamentos recentes de lideranças do PT, das que estão no governo, que se explica muito mais pelo ângulo sindical do que ângulo estritamente político. Quer dizer, é uma solidariedade corporativa, sindicalista. Você bota os seus homens lá, são todos eles da mesma origem, não importa o que pensam, né? Quer dizer, não é o projeto intelectual, mas é uma solidariedade corporativa. Eu acho que isso é uma coisa interessante, eu não digo isso como uma coisa pra simplesmente jogar uma pedra sobre experiência, mas eu acho que é uma coisa muito interessante que como uma boa parte da explicação da história contemporânea esteve em torno do movimento sindical.

**Quando intelectuais, professores como o senhor, começaram a trabalhar essa noção de novo sindicalismo, do ponto de vista das relações que o senhor mantinha na época com o movimento sindical, o senhor sentia uma empatia, sentia resistência do ponto de vista dos atores sindicais em relação a esse conceito. Eles já usavam isso?**

Não. Principalmente na época do ABC, do Lula...

**Uma convergência, vamos dizer assim, né?**

Isso existiu, uma certa idéia de que nós estávamos, digamos assim, dando reconhecimento intelectual pro que eles estavam fazendo. Eu muitas vezes ouvi isso ou, se não ouvi dito com essas palavras, o contexto do debate corria nessa direção.

**Eu acho que essa questão remete a uma pergunta mais específica. Pesquisando várias leituras, algumas pessoas falam que alguns intelectuais foram pegos de surpresa pela re-emergência do sindicalismo, dos movimentos sociais e outros não. Eu mesmo apresentei um trabalho agora no GT de Encontro Intermediário de GT de trabalho e sindicalismo da Anpocs e fiz um trabalho específico em cima de sindicalismo e citei vários autores, inclusive o senhor. E interessante que antes de 78, alguns autores – alguns autores, o senhor, o próprio Emir Sader, não tô lembrando de outros agora - de certo modo anteciparam alguns conceitos, algumas ideias força, algumas noções que foram assumidas pelos atores sindicais. O conceito de autonomia, essa noção de baixo. O trabalho do senhor sobre os anos 50 falava muito disso, fazia a crítica política ao sindicato comunista...**

Foi muita coincidência...

**Porque a impressão que eu tive que foi meio que uma profecia intelectual que se cumpriu. Alguns autores tiveram esse vislumbre de algumas características do que viria. Alguns dirigentes sindicais leram o senhor e outros, os professores, intelectuais e acabaram sendo influenciados. O que o senhor diria a respeito?**

Não, eu acho que não. Eu acho que é uma coisa que estava na experiência da sociedade. Quer dizer, nós lemos alguma coisa que já estava se formando. Não é que o movimento fez isso porque nos leu. Nós é que lemos coisas que já, e tendências que existiam na sociedade.

**Latente, na base do movimento ...**

Eu acho que os estudos que eu fiz do movimento social e do movimento sindical tinha uma forte ligação, às vezes eram os mesmos personagens que estavam nos dois ambientes, nos dois cenários. Quer dizer, houve um momento no Brasil, eu não quero nem entrar no mérito se isso passou, se agora não tem mais sociedade civil, que é uma tese que às vezes anda por aí, não quero entrar nessa questão que é um outro tema; mas o que eu quero dizer é o seguinte: houve um momento na sociedade brasileira marcado por todas as mudanças econômicas e sociais que foram trazidas pela industrialização dos anos 30, 40 e 50, portanto alguma coisa ligado à modernização, num momento em que por circunstâncias econômicas e sociais, por circunstâncias políticas produzidas pela ditadura, levou a uma tendência de mobilização de base. O que eu acho que nós percebemos, nós captamos, foram essas tendências. Nós fomos capazes, alguns, de ler que isso começava e, é claro, havia entusiasmo nas interpretações e no que nós escrevíamos no sentido de defender isso também. Mas eu acho que houve nitidamente uma leitura de alguma coisa que fazia parte dum movimento da própria sociedade. Não é que houve influências do movimento x, do movimento y e que com isso os movimentos foram cooptados e viraram movimentos de base. Não, eu acho que existia essa tendência, eu explicaria isso, em grande parte, por causa das mudanças, das transformações que ocorreram na sociedade brasileira. Quer dizer, você tem uma transformação brutal de mudança da sociedade que vem do campo pra cidade, tem uma urbanização extremamente forte. Se pensar que nos anos 40 mais de 60% da população estava no campo, hoje você tem 5, 10%, esse processo de migração, de transição. Um autor que flagrou isso muito bem foi o Hobsbawm. Há um momento que o Hobsbawm diz o seguinte: é a Revolução pelos pés. Ele usa essa expressão. É o pessoal que tá migrando. O que que o pessoal que tá migrando tá querendo? Ele tá querendo outra condição de vida, tá querendo melhores condições de vida, ele tá saindo, ele tá deixando pra trás uma realidade que ele não quer mais pra ir tentar uma outra. Se ele consegue mesmo ou não é uma outra questão. Mas eu to dizendo, isso

significa que influenciou a mentalidade, influenciou a cultura, influenciou o modo de perceber, influenciou o modo de se alocar nos centros urbanos. Eu acho que essa grande mudança que ocorreu na sociedade preparou uma fase de mobilização muito intensa que vai, pelo menos, até o final dos anos 70. Depois começa uma fase nova e eu acho que isso tem mudanças que ocorreram com o capitalismo. Que dizer, aí tem a internacionalização do capitalismo, também um aumento da introdução de tecnologias modernas, a robotização, uma diminuição do papel da força de trabalho direta. Então você tem uma série de mudanças que, num certo sentido, constrange esse ator e ele reflui para o aparato sindical. Naquele período anterior não, naquele período anterior continuava tendo migração, continuava tendo expansão industrial. Tinha todo um debate aqui em São Paulo, que São Paulo não conseguia parar, São Paulo não vai parar. Quer dizer, a cidade crescia, crescia cada vez mais, até que a cidade começou a se desindustrializar. Foi preciso que acontecesse isso pra... O que eu quero dizer? Que enquanto você estava naquele ciclo de crescimento, industrialização, de expansão, de desenvolvimento, distribuição, a mobilização teve um papel importante e a mobilização remeteu a uma visão nova da modernização, que eu acho que foi uma força democrática. Esse é um elemento de força democrática, de, digamos, estimulação da democracia no Brasil muito importante.

**O Senhor diria que existia um certo tipo de repúdio à experiência política, à experiência populista, tanto de parte dos intelectuais quanto de parte dessas gerações de trabalhadores?** Houve isso também, mas o que quero dizer é que você tem que colocar essas coisas num contexto, digamos, mais aluvional, tem que colocar num contexto mais estrutural. É nesse sentido que eu digo que o marxismo nunca deixou de ser uma referência pra mim. Quer dizer, tem estruturas muito importantes da sociedade, mudando a estrutura da economia e a estrutura da sociedade. Nesse contexto, tem crítica ao corporativismo, crítica ao populismo, uma

experiência, inclusive com a ditadura, que mostrou que aquilo lá não funcionava, não permitia que os trabalhadores usassem o sindicato como instrumento de luta no sentido do que eles queriam. Então eles tiveram que superar. Então, eu acho que tem todas essas coisas juntas. Tem mudanças muito importantes na sociedade, na estrutura da sociedade e tem mudanças de mentalidade. E se você quiser, tem um início de mudança de cultura política. Quer dizer, começa a emergir uma nova cultura política que está muito ligada à idéia de participação, mas ao mesmo tempo de autonomia. Já não é mais a participação antiga, manipulada pelos líderes sindicais e pelo corporativismo. Eu não tô dizendo que isso desapareceu completamente. Tem sempre sobrevivências. A sociedade funciona assim mesmo. Tem um monte de sobrevivências, haja vista a eleição do Collor, que foi um neo-populismo deslavado. Quer dizer, de uma concepção carismática, plebiscitária do presidente muito forte. Mas eu acho que já estava tendo uma mudança de cultura política no sentido de que certos temas, certas questões que antes não existiam, apareceram: direito de cidadania através do direito de greve, direito de participação, autonomia e uma certa noção de que a sociedade civil não depende totalmente do Estado. Ela tem uma relação com o Estado. Quer dizer, eu acho que isso apareceu e apareceu na crítica e acho que, nesse sentido, eu concordo com você quando os intelectuais, alguns intelectuais escrevendo formularam essa hipótese. Foi uma hipótese que casou com o que estava acontecendo. Então, talvez tenha sido uma antecipação, foi a expressão que você usou, no sentido de uma capacidade de ler o movimento que estava ocorrendo lá embaixo.

**O que me chamou a atenção no que o senhor falou bem no começo da entrevista, que o movimento do senhor de questionamento do marxismo foi mais do empírico pro teórico... E, em vários outros trabalhos de outros autores desse período – eu já li isso também – é sempre, vamos dizer assim, em nome do real...**

É como se a empiria tivesse colocado um novo problema teórico.

**É, e que na verdade as teorias, pelo menos do jeito que elas eram mais ou menos trabalhadas no Brasil, elas não apreendiam essa realidade.**

É verdade.

### **O senhor concordaria com isso?**

Eu concordo. Agora, eu acho que tem no meu caso pelo menos, e de algumas outras pessoas, que eu penso tenha sido mais forte no caso do marxismo, que nós tínhamos origem de esquerda. Quer dizer, imediatamente quando eu, quando num certo sentido, eu fiz a crítica da minha militância de origem cristã e católica, qual é o norte seguinte imediato? O marxismo. Não, não tinha jeito. Não existia força no Brasil, por exemplo, pro existencialismo sartriano pra dizer “Ah, deixei de ser militante católico pra ser militante existencialista”, não existia isso, não era por força social, o que tinha era o marxismo. Então qual é essa origem de esquerda? É possível que nossa crítica tenha sido mais intensa nesse sentido. Mas havia também uma, eu acho, uma que rejeição das demais teorias. Quer dizer, a ideia de que tinha um liberalismo totalmente a parte da sociedade era muito forte também, era uma crítica forte. Tá em todos os textos do Weffort por exemplo. A ideia de que tinha também uma tentativa fracassada de explicação sociológica pela tradição norte-americana. Todos nós rechaçamos a teoria da modernização no que nós escrevemos. Hoje não, eu sou muito mais adepto à teoria da modernização do que eu era antes porque tem coisas que ajudam a te explicar, ajuda a explicar no que ela tem de estrutural. O que eu quero dizer com isso é que há uma coisa também que é muito da geração 60, 70, que é um movimento intelectual de contestação, num certo sentido de querer derrubar todos os paradigmas. De início era um movimento internacional com a qual nós fomos parte. Havia uma certa ideia de que todas essas teorias elas foram defasadas, elas não explicavam, elas precisavam ser substituídas. Então, por exemplo, em coisas que eu escrevi sobre movimentos sociais, eu te confesso que escrevendo eu ficava numa angústia, eu tinha um problema. Como é que se explica o vigor tão

grande dos movimentos, cujas explicações teóricas não dão conta... Então, a formulação da teoria dos movimentos sociais urbanos, por exemplo, era uma tentativa de atualizar, rompendo com algumas coisas do marxismo, mas de atualizar a explicação. Eu acho que nós avançamos algumas coisas, quer dizer, tem várias categorias que apareceram ali muito importantes, a ideia de consumo coletivo, a ideia de que o sujeito tem uma cidadania na fábrica, uma cidadania na cidade, no meio urbano, no bairro e que isso tem impacto sob sua visão política.

**O senhor quando partiu pra estudar também movimentos sociais urbanos chegou a usar esse conceito de novos movimentos sociais ou isso já é outro período?**

Não, eu usava movimentos sociais urbanos. Novos movimentos sociais foi uma coisa que veio algum tempo depois sob influência europeia, porque os europeus, só os europeus estavam pensando nos novos movimentos sociais, movimento das mulheres, movimento ambientalista, o movimento pacifista, o movimento contra as armas nucleares, o movimento do desarmamento. Esses eram considerados novos no sentido de que eles não tinham uma base na produção e diferentemente dos movimentos sociais urbanos que eu trabalhava, não tinham uma base na estrutura, digamos, de distribuição ecológica na cidade, nos centros urbanos.

**Mas de qualquer maneira o senhor também via, digamos assim, características inovadoras nos movimentos sociais urbanos, com relação ao período populista.**

Ah, sim, isso é verdade. Principalmente por causa dessa experiência com os movimentos da periferia da Grande São Paulo, e que tinha concluído, tinha redundado, num certo sentido, em movimentos muito participacionistas. Existia uma potencialidade de mobilização nos temas e nos conteúdos urbanos de bairro que a esquerda não dava muita atenção. A crítica que eu fazia é que a esquerda não olhava pra isso, exatamente

porque uma parte da esquerda tendia a interpretar que esses eram movimentos que estavam fora da produção, então não são importantes. São as chamadas contradições secundárias, era o termo usado na época.

### **Eram chamadas contradições urbanas, né?**

É, as contradições urbanas são contradições secundárias, elas não colocam em questão o sistema capitalista. O cerne da relação capital-trabalho do sistema capitalista. Ela coloca em questão o uso dos aparatos urbanos, dos serviços urbanos e o consumo coletivo. E eu, ao contrário, achava que exatamente porque envolvia o consumo coletivo, como as questões urbanas tinham que ver com a reprodução das forças, das classes subalternas, classes populares no contexto urbano, o consumo coletivo era o elemento através dos quais elas também se colocavam numa perspectiva de natureza política. E pra pensar o consumo de transporte, de saneamento, de questões estruturais da cidade que eram evidentemente desequilibradas, tinham uma distribuição completamente desigual que, exatamente porque eles entravam em contato com isso, eles politizavam imediatamente a sua demanda. E isso tinha, na minha visão, um conteúdo de potencialidade de participação política muito forte. Então, uma outra coisa que durante algum tempo eu fiz um certo esforço, e aí um esforço mais de militância, era de ligar os dois movimentos. Coisas que tinham no movimento sindical, coisas que tinham no movimento de bairro.

### **O senhor trazia discussão de um movimento pro outro?**

No fundo elas estavam com códigos diferentes e olhando dimensões diferentes falando do mesmo problema: o problema da cidadania, o problema era a expansão da cidadania, mas por ângulos diferentes.

**O senhor veria nesse período de reconstrução dos movimentos sociais no Brasil, dos movimentos populares, do campo popular... como é que foi o papel dos intelectuais brasileiros no período? Anos 70 e 80. O senhor diria o que em relação ao papel dos intelectuais? Que eles**

## **foram muito ativos...**

Eu acho que eles tiveram uma atividade importante. Não sei se muito ou pouco, mas uma atividade importante. E que isso em grande parte está associado, na minha leitura, na minha visão, a uma consequência do regime autoritário. Quer dizer, a minha visão é a seguinte, quando o regime autoritário está fechando todos os canais de participação, num certo sentido, ele joga a política pra uma esfera fechada, corporativa. Ele joga a política estritamente pra dentro do sindicato. Ele joga a política pra dentro da família. Ele joga a política pra associações profissionais. E se corta as vozes públicas. Quer dizer, as lideranças que podiam vocalizar publicamente o que era o desejo de participação da sociedade, da opinião pública. Então nesse processo, os intelectuais ocuparam um papel temporário. Temporariamente assumiram esse papel e eu acho que principalmente a mídia deu a eles esse papel.

## **A mídia?**

A mídia. Por exemplo, eu trabalhei na *Folha de São Paulo* muitos anos, depois ganhei um Prêmio Esso lá e permaneci amigo de algumas das pessoas da empresa, quando o jornal começou a se renovar e criou a página 3, que é onde os intelectuais escrevem, Otávio Frias Filho veio me procurar pra pedir uma lista de intelectuais. Eu sugeri a ele uma lista de 50 nomes, isso espalhado pelo Brasil inteiro.

## **No início da década de 70?**

76 ou 77, quando a *Folha* estava começando essa abertura. Eu me lembro até hoje de uma crítica que Otavinho fez com a minha lista, ele falou: Ah, sua lista tem muito homem e tem poucas mulheres. Eu falei: bom, por uma razão simples, tem poucas mulheres na atividade. Naquela época, tinha poucas mulheres nas ciências sociais vocalizando publicamente. Mas eu entreguei mais ou menos uns 60 nomes pra ele. Gente do Rio Grande do Sul, gente do Nordeste, do Rio... Como eu tinha, através do CEDEC, muito contato com gente do Brasil inteiro, então uma lista enorme. Bom, que que isso significava? Os jornais estavam procurando os

intelectuais pros intelectuais falarem. Falarem, de certa maneira, pela sociedade que não tinha canais pra falar e falarem de uma maneira nova em relação às lideranças democráticas parlamentares, que de desde esse período tinham o vício, num certo sentido, do rito parlamentar. Quer dizer, falavam a linguagem parlamentar, a linguagem dos partidos, mas não era capaz de falar de problemas que estavam na sociedade. Então, nesse sentido, eu acho que os intelectuais se propuseram, mas eles também aceitaram uma proposta que os colocou nesse papel extremamente ativo. Veja que na medida em que o país se democratizou, a sociedade civil se fortaleceu e os partidos ocuparam um papel muito importante, o papel mais importante do debate público num certo sentido, houve um refluxo e os intelectuais diminuíram a sua visibilidade. Até hoje continua tendo, tem gente que continua escrevendo, bastante gente. Mas não tem mais aquele vigor que tinha antes, nem na polêmica, nem na controvérsia, nem no debate. Diminuiu por quê? Porque outros atores ocuparam aquele papel. Então, eu acho que os intelectuais tiveram um papel ali de substituição. Eles vocalizaram uma agenda de temas que estava na sociedade, nem sempre muito elaborada, mas estava na sociedade. Por exemplo, o problema da autonomia, o problema dos direitos humanos em relação aos criminosos, havia uma série de temas extremamente importantes. Eles vocalizaram e colocaram na agenda pública esses temas. E a partir daí a mídia desenvolveu com suas próprias características.

**O senhor acha que aconteceu um impacto dos estudos sindicais, dos movimentos sociais, o estudo do campo popular na sociologia brasileira? O que o senhor acha que renovou a sociologia brasileira, as ciências sociais de um modo geral? Eu acho que esse campo dos estudos sindicais, dos movimentos sociais foi, talvez, o mais central pra renovação das ciências sociais no Brasil nesse período.**

Eu concordo que teve um papel pra renovação da sociologia principalmente, mas também na ciência política. Maior ênfase na

sociologia num sentido extremamente importante, no caso brasileiro, que é o seguinte: tem toda uma tradição ensaística brasileira muito forte, muito prestigiosa, muito poderosa em termos intelectuais, que apresentava a seguinte versão: a sociedade é desossada, a sociedade não tem espinha dorsal. A sociedade brasileira, né? Nós éramos, de certa maneira, um aglomerado de povos que foram se juntando com o processo de colonização...

### **Pensamento autoritário...**

Autoritário e conservador. Quer dizer, o conservador nem sempre é autoritário. Quer ver? Uma idéia de desestruturação da sociedade, se se for lá atrás na colonização, a idéia é que nós tínhamos uma terra, tínhamos um país, mas não tínhamos um povo. Sempre faltou povo. Uma interpretação clássica da República é que o povo assistiu bestificado, o povo nunca fez nada. O povo tá sempre ausente. O povo é desestruturado. Eu acho que a grande contribuição que essa literatura dos movimentos sociais, do movimento sindical, dos movimentos urbanos e os estudos que decorreram disso foi no sentido de mostrar que a sociedade por razão própria, digamos assim, por qualidades próprias, ela tinha capacidade de organização. E uma contraposição da tese do amorfismo social. Agora, houve exageros nisso. Houve gente que já a partir daí já entendeu que com isso estava tudo resolvido e que, num certo sentido, tem a base para uma sociedade democrática, que é capaz de acompanhar o funcionamento da democracia e cobrar dos governos. Eu não vou nem tanto ao céu, nem tanto à terra, eu fico numa posição intermediária. Eu acho que nós demos uma contribuição, não só os autores que escreveram, é um movimento da sociedade de interpretação, no sentido de revelar o avesso, de inverter a arrumação e mostrar que a sociedade tem iniciativas de organização e tem iniciativas que se refletem sobre o Estado. Iniciativas importantes de democratização da própria sociedade. Isso é uma imensa novidade, se se pensar em toda tradição historiográfica brasileira e a tradição do ensaísmo que nos guia como homens cordiais que não podiam, digamos, formalizar as relações porque nós todos

tínhamos grande dependência de nossas mães, das nossas babás, dos nossos tios. Quer dizer, Sérgio Buarque de Hollanda, que é um ser extremamente inteligente, sob influência weberiana, quando no fundo tem um negócio ali controlador, tem uma coisa complicada ali. Quer dizer, a idéia de que essa informalidade, essa amabilidade brasileira é despolitizada. Eu diria: nós temos amabilidade, informalidade, nós recebemos bem os amigos e os visitantes, mas nós somos também politizados, não é? Eu não vejo razão pra ligar uma coisa com a outra e com isso você ter uma espécie de explicação de uma sociedade desestruturada. Quer dizer, isso significa que uma série de coisas que depois surgiram como chaves de explicação pra democratização, nasceram dessa visão da sociedade, dessa interpretação da sociedade. Por exemplo, a idéia de sociedade civil. Isso não existia no Brasil. Se você pegar todos os estudos dos anos de 64 pra cá, ninguém fala de sociedade civil. Qual autor fala de sociedade civil? Talvez tenha um ou outro aí na área jurídica.

### **Totalmente marginal...**

O Faoro de uma maneira um pouco rebuscada, mas num sentido muito próprio da doutrina liberal. Mas sociedade civil orgânica, capaz de organizar com visões próprias, com interesses próprios e até formulações que refletem sobre o Estado... Não é que foi fundada por essa vertente, mas apareceu a partir dessa leitura.

### **Só uma última pergunta. Nos últimos anos o senhor ainda se mantém próximo a esses temas?**

Se você quiser, eu posso te passar a cópia do meu memorial, que eu apresentei na USP em 2005, como professor titular. Lá eu faço a visão crítica da minha própria trajetória. Tudo isso que nós falamos, de certa maneira, está lá mais elaborado, que eu gastei 6 meses escrevendo esse negócio. E lá eu digo o seguinte: a minha trajetória intelectual eu comecei trabalhando movimentos sociais, primeiro movimento sindical e depois os urbanos. De movimentos sociais eu desloquei pro tema da transição política por uma razão básica: que

tem um fio condutor aí. Quer dizer, os movimentos quando eles explodem, se organizam e a sua participação cresce, eles demandam democracia, eles reivindicam democracia. Isso estava lá nos movimentos de protesto urbano e estava no movimento do novo sindicalismo. Então, eu desloquei pra tentar entender a transição e como é que a transição dava conta disso. A minha interpretação da transição é que a transição brasileira foi incompleta. Não, ela foi uma transição, de certa maneira, conservadora porque, num certo sentido, as lideranças democráticas não souberam trazer os temas que o movimento social estava colocando pra negociação propriamente política. Então, eu tenho problemas com a transição nesse sentido, tenho uma interpretação da sua incompletude. Como a transição tem coisas incompletas, eu fui buscar explicações também na cultura política. Então, num certo sentido, minha trajetória é movimentos sociais, transição e redemocratização, cultura política. E agora eu tô basicamente pesquisando a questão da confiança do cidadão nas instituições. Esse é meu tema. Eu faço essa retrospectiva crítica no memorial.

**Créditos:**

Entrevista concedida a Marco Antonio Perruso, em 25 de abril de 2006, cedida ao Arquivo de Memória Operária (IFCS-UFRJ) e publicada no livro “Ciência e Política: Memórias de Intelectuais” (org.: Marco Antonio Perruso e Mônica da Silva Araujo, Mauad X/FAPERJ, 2015).